



Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 4, nº 39, fevereiro de 2009



Educação Financeira na Agenda da Responsabilidade Social Empresarial

Liana Ribeiro dos Santos¹

O mercado financeiro, inserido num contexto de elevados níveis de competitividade, apresenta importantes desafios para os clientes que necessitam de seus serviços. Num ambiente financeiro globalizado, aliado a uma economia em crescimento, a oferta de produtos de crédito, investimento e seguro torna-se abundante, mas ao mesmo tempo mais complexa, exigindo dos clientes um nível de conhecimento superior, a fim de que se possa fazer um planejamento adequado e, conseqüentemente, as melhores escolhas e, assim, atingir seus objetivos de curto, médio e longo prazos. As pessoas devem estar preparadas para lidar com as situações cada vez mais complexas do mundo financeiro (LUCCI et al, 2006). Nesse cenário, a educação financeira vem ganhando importância e gerando debates consistentes nos meios acadêmico, governamental e empresarial.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros, e obtêm informação e instrução, desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar.

Considerando-se o Brasil, um país com enorme desigualdade de distribuição de renda, em que um número significativo da população vive excluída dos serviços financeiros (ABRAMOVAY, 2004), esse assunto torna-se ainda mais relevante. Os recentes avanços nos níveis de renda e a inserção de um número cada vez maior de pessoas no emprego formal abrem um novo espectro de oportunidades e necessidades financeiras para essas pessoas, anteriormente impedidas de

participar desse mercado. Nesse sentido, o acesso de um novo contingente de consumidores aos serviços ofertados pelo mercado financeiro lhes possibilita maior bem-estar, uma vez que inicialmente viabiliza a obtenção de crédito e, posteriormente, a construção de poupança e investimentos para, entre outras coisas, enfrentar os períodos de flutuações inesperadas na renda (KUMAR et al, 2005).

Até meados da década de 90, o ambiente de inflação crônica então existente no país dificultava o planejamento adequado das finanças das famílias brasileiras, uma vez que era difícil conciliar os constantes acréscimos nos preços com seus ganhos. Essa situação colocava à margem do sistema financeiro parcela significativa da sociedade brasileira, cujos recursos não eram suficientes para atender às exigências das instituições financeiras quanto à obtenção de crédito e à realização de investimentos.

Com o advento da estabilidade financeira, alcançada a partir de 1994, observou-se profunda mudança no mercado brasileiro (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006), mediante a inserção de novos clientes no sistema financeiro. Pelo lado das instituições financeiras, observou-se a ampliação da oferta de produtos e serviços voltados para atender ao público desassistido até aquele momento. Mas, apesar de esse contingente de pessoas estar ávido por utilizar os produtos e serviços disponibilizados por essa indústria, elas são inexperientes no trato das questões financeiras e necessitam ampliar seu conhecimento nesse campo.

Outra mudança relevante na população brasileira refere-se à sua estrutura etária. O crescente aumento na expectativa de vida, reflexo dos avanços na medicina e das melhorias nas condições de vida (IBGE, 2004), aliado à queda na taxa de mortalidade, estão provocando essa transformação. Além da ampliação da base de clientes no mercado financeiro, essa mudança traz a questão da dificuldade de sustentação das entidades responsáveis pela previdência (SILVA; CHAN; MARTINS, 2007), na medida em que há um alongamento dos compromissos futuros. Em função das dificuldades de manutenção dessas entidades, é preciso que as pessoas tenham mais consciência sobre a necessidade de criarem seus próprios investimentos, com vistas à manutenção de adequados níveis de vida na velhice.

¹ Mestre em Administração pelo Instituto Coppead de Administração – UFRJ. Inspectora do Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários do Bacen. Atualmente, integra o Grupo de Trabalho de Responsabilidade Socioambiental e Educação Financeira do Bacen.



Reforçando a importância da educação financeira, com o atual estágio de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, deve-se refletir sobre os riscos associados à falta de conhecimento financeiro da população. Essa lacuna de competência nas pessoas pode trazer diversas consequências indesejáveis. Os erros na tomada de decisão, a falta de planejamento das finanças pessoais, a visão negativa sobre os produtos e as empresas do setor financeiro são alguns dos problemas que podem inviabilizar que as pessoas alcancem seus objetivos.

Se, de um lado, a educação financeira pode ajudar as pessoas a tomarem melhores decisões sobre seu dinheiro, por outro lado, a ausência de conhecimento básico de finanças expõe os cidadãos a ações de pessoas mal intencionadas. Adicionalmente, a falta de informação consistente leva o indivíduo a agir de forma financeiramente irresponsável, seja por não estar preparado para enfrentar situações de dificuldades financeiras, seja por assumir compromissos superiores à sua capacidade financeira, levando a um aumento dos níveis de inadimplência.

Portanto, para significativa parcela da sociedade, a educação financeira revela-se um instrumento necessário para preparar essas pessoas para os desafios do complexo mundo financeiro que hoje se apresenta. Diante da diversidade de ofertas inerentes ao estágio atual dos mercados e da crescente inclusão de pessoas com maior capacidade financeira, é necessário um esforço para que essas pessoas ampliem cada vez mais suas informações sobre gestão do dinheiro, de modo a permitir planejamento e tomada de decisões adequados às suas reais necessidades.

Assim, os programas de educação financeira devem ajudar os consumidores de produtos e serviços financeiros a encontrar soluções adequadas às suas necessidades e, ao mesmo tempo, a ampliar a compreensão sobre os riscos inerentes a esse mercado (OCDE, 2005). Esse conhecimento deve permitir que os clientes tenham visão integrada das suas decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, o que deve ser compatível com a sua realidade financeira.

Este é um tema atual cujos promotores são diversos agentes sociais, tais como: escolas, empresas, governo, instituições financeiras, organizações não governamentais e outros (HOLZMANN; MIRALLES, 2005). Portanto, o tema deve integrar as ações do governo e de empresas, se inserindo na agenda das práticas de Responsabilidade Social Empresarial, que prevê que as responsabilidades das empresas vão além das questões econômicas e legais, compreendem também as

responsabilidades éticas, morais e sociais (VELOSO, 2005).

Referências

ABRAMOVAY, R. Finanças Sociais. *O Brasil Pensa – Foco*. Novembro, 2004.

FERREIRA, R. Responsabilidade social empresarial e valor das empresas. In: *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. 2. Ed. Editora Saraiva. 2005.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and Beyond. *The World Bank*, oct. 2005.

IBGE. *Projeção da População do Brasil*. 2004.

KUMAR, A. *et al.* Assessing Financial Access in Brazil. World Bank Working Paper n. 50. *The World Bank*. Abril, 2005.

LUCCI, C.; ZERRENNER, S.; VERRONE, M.; SANTOS, S. A Influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. *IX SEMEAD. Administração no Contexto Internacional*. Seminários em Administração FEA-USP. 2006.

OCDE. Recommendation on Principles and Good Practices For Financial Education and Awareness. *Recommendation of The Council*. July, 2005.

SAITO, A.; SAVOIA J.; PETRONI, L. A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento econômico – OCDE. *IX SEMEAD. Administração no Contexto Internacional*. Seminários em Administração FEA-USP. Agosto, 2006.

SILVA, F.; CHAN, B.; MARTINS, G. Uma reflexão sobre o equilíbrio dos planos de benefícios de caráter previdenciário a partir das demonstrações contábeis dos fundos de pensão. *RIC/UFPE – Revista de Informação Contábil*. Vol. 1, nº 1. 2007.

VELOSO, L. Ética, valores e cultura: especificidades do conceito de responsabilidade social corporativa. In: *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. 2. Ed. Editora Saraiva. 2005.

Realização: **Banco Central do Brasil (Dinor/Deorf)**
Editora Responsável: **Elvira Cruvinel F. Ventura**
Contribuições/sugestões para o Boletim podem ser enviadas para gtrja.deorf@bcb.gov.br